

SABER EDUCACIONAL E O ENSINO DE HISTÓRIA: CONTRIBUTOS ACERCA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

EL CONOCIMIENTO EDUCATIVO Y LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA: APORTES SOBRE EL PATRIMONIO HISTÓRICO Y CULTURAL

EDUCATIONAL KNOWLEDGE AND THE TEACHING OF HISTORY: CONTRIBUTIONS ABOUT THE HISTORICAL AND CULTURAL HERITAGE

Recebido em: 20/05/2021

Aceito em: 06/03/2022

William Adão Ferreira Paiva¹ 

Resumo: Este artigo apresenta como escopo um recorte, em alusão à pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG), cujo objetivo foi contribuir para o desenvolvimento do ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Rio Grande/RS, a partir de uma proposta de Educação Patrimonial, trazendo como referencial a Catedral de São Pedro. Ela foi a primeira igreja erguida no Estado do Rio Grande do Sul, tendo suas obras iniciadas no ano de 1755, sendo reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural através do Decreto Lei nº 25 de 30/11/1937 e considerada ainda um dos símbolos da cidade. Utilizou-se como método para coletar os dados deste trabalho a Pesquisa Bibliográfica e também a Pesquisa Documental, diante das fontes referentes a Memória, a Catedral de São Pedro enquanto Patrimônio Histórico e Cultural bem como as práticas educativas dos professores, entremeadas ao ensino de História.

Palavras-chave: História; Patrimônio; Ensino de História; Educação Patrimonial; Práticas Pedagógicas.

Resumen: Este artículo presenta como alcance, en alusión a la investigación realizada en el Programa de Postgrado en Historia (Maestría Profesional) de la Universidad Federal de Río Grande (PPGH/FURG), cuyo objetivo fue contribuir al desarrollo de la enseñanza de la Historia en los Años Iniciales de la Escuela Primaria en Río Grande/RS, a partir de una propuesta de Educación Patrimonial, trayendo como referencia la Catedral de San Pedro. Fue la primera iglesia construida en el Estado de Rio Grande do Sul, teniendo su construcción iniciada en 1755, siendo reconocida como Patrimonio Histórico y Cultural por el Decreto-Ley nº 25 de 30/11/1937 y aún considerada uno de los símbolos de la ciudad. Se utilizó como método de recolección de datos para este trabajo la Investigación Bibliográfica y también la Investigación Documental, ante las fuentes relacionadas con la Memoria, la Catedral de San Pedro como Patrimonio Histórico y Cultural así como las prácticas educativas de los docentes, entremezcladas con la enseñanza de la historia.

Palabras-clave: Historia; Patrimonio; Enseñanza de la Historia; Educación del Patrimonio; Prácticas Pedagógicas.

Abstract: This article presents as a scope, in allusion to the research carried out in the Postgraduate Program in History (Professional Master's Degree) of the Federal University of Rio Grande (PPGH/FURG), whose objective was to contribute to the development of the History teaching in the Initial Years of the Elementary School in Rio Grande/RS, from a proposal of Heritage Education, bringing as a reference the São Pedro Cathedral. It was the first church built in the State of Rio Grande do Sul, and its construction began in 1755. It was recognized as a Historical and Cultural Heritage Site by Decree-Law no. 25 of November 30, 1937, and is still considered one of the symbols of the city. The method used to collect data for this work was Bibliographic Research and also

¹ Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG). Bacharel em Arquivologia pela FURG. E-mail: william.paiva@ufsc.br

Documentary Research, in view of the sources referring to Memory, St. Peter's Cathedral as a Historical and Cultural Heritage as well as the educational practices of teachers, intertwined with the teaching of History.

Keyword: History; Heritage; History Teaching; Heritage Education; Pedagogical Practices.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que as instituições de memória, a exemplo dos Museus, Bibliotecas, Arquivos e até mesmo os Templos, são responsáveis pela guarda, manutenção e acesso aos seus acervos, uma vez que apresentam um papel fundamental em uma sociedade. São os seus registros, na maioria das vezes, que revelam os fatos ocorridos e motivados por uma ação causada no tempo. Essa relação entre documento e informação acaba sendo orgânica e muitas vezes inevitável, pois educação, memória e história se tornam indissociáveis, no que diz respeito às vivências de cada indivíduo e até mesmo da coletividade diante de um fato.

Consoante à temática ligada à Educação, seja ela patrimonial, bem como ao ensino da História Local e também ao Patrimônio Cultural, pretende-se corroborar para que a história e a memória não sejam esquecidas pela falta de registros ou de informações, que por ventura não venham a ser explanadas dentro do ambiente escolar. Aquilo que se deixa hoje, enquanto aprendizado e educação, necessitará ser compartilhado com as demais pessoas que queiram saber, por exemplo, os fatos atinentes a um passado e presente.

Infere-se ainda que “[...] o ensino de História é um espaço rico de possibilidades de se trabalhar com a Educação Patrimonial. Desde a primeira fase escolar é possível falar de história, memória, cidadania” (APOLINÁRIO, 2012, p. 63), sendo esses considerados alguns dos temas mais relevantes, para fins de composição da educação da criança. Sabe-se ainda que a Educação Patrimonial poderá servir ao ensino de História, como uma metodologia desenvolvida para aliar-se ainda mais na construção desse próprio ensino.

Os espaços de formação que integram a cidade são compostos pelos mais diversos patrimônios, levando em conta que todos eles podem ser considerados como mediadores ao processo educacional, por meio de sua exploração e do próprio contato na aprendizagem através do passado. A essa educação através do olhar, com base nos traços e objetos que fazem parte da urbe, será possível refletir e ao mesmo tempo atribuir diferentes significados, tais como aqueles expressos pelas formas, pelos desenhos e até mesmo pela materialidade desse objeto, com vistas a entender o seu contexto de inserção no espaço. Essa prática de ensino com base na aproximação aos patrimônios, acaba sendo tão importante quanto o próprio contato que os alunos fazem aos mesmos, utilizando para tal os meios tecnológicos em sala de aula, por exemplo (POSSAMAI, 2013).

Ainda sobre a relação existente entre a Educação Patrimonial e o ensino de História, cabe destacar que ela não pode ser meramente uma ação, de apenas “repassar” os conhecimentos do professor ao aluno de forma mecânica ou utilizando o próprio método cartesiano para se ensinar. Entretanto, a metodologia da Educação Patrimonial deverá levar os alunos ao processo de conhecimento sobre os bens culturais, identificando o significado que cada um possui através dos tempos e da própria historicidade que o envolve. Somente assim será possível que esse educando se sinta herdeiro dessa memória coletiva e também responsável pela construção da história que o circunda. (APOLINÁRIO, 2012)

A memória e a história acabam se interligando neste processo, uma vez que muitas pessoas somente irão saber de algum fato datado, precisamente, através das informações que estão registradas nos documentos e também nos livros. Como a Catedral de São Pedro é um Patrimônio Histórico da cidade do Rio Grande/RS, faz-se necessário que os educadores explanem em suas práticas pedagógicas diversas referências, diante dos assuntos relacionados a Educação Patrimonial e ao Patrimônio Histórico e Cultural. Importante ressaltar que essas práticas ainda carecem de materiais de apoio no tocante às disciplinas e conteúdos, principalmente naqueles relativos ao ensino de História das cidades.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEMÓRIA

O conceito de Memória possui diversas atribuições, devido ao próprio valor pelo qual se originou a palavra. Sabe-se que cada vez mais essa consideração é discutida e passível de transformações, com vistas a uma melhor adequação diante da sociedade. Maurice Halbwachs (1990) enfatiza que a memória por mais pessoal e/ou individual que possa ser, ainda assim tem características que envolvem uma construção social, de identidade. Desta maneira, tanto a memória e a identidade pessoal acabam tendo a interferência da coletividade, o que acaba por fazer com que haja a inclusão de elementos muito mais amplos, comparado aqueles pertencentes aos individuais.

Jöel Candau (2011), ao falar de memória aponta que a mesma é dividida em três níveis. O primeiro seria a *protomemória*, que se assemelha a uma memória incorporada no cotidiano; O segundo seria a *memória propriamente dita ou de alto nível*, considerada como uma memória essencial para as lembranças, esquecimentos e recordações. O último seria a *metamemória*, cuja representação é feita por cada indivíduo através da sua própria memória. Ressalta-se que para o autor, as categorias poderão somente ser aplicadas a memória individual, perdendo assim sua essência quando colocadas sob o ponto de vista da memória coletiva.

Para Candau (2011) a memória coletiva nada mais é que uma formação advinda das memórias individuais, ampliando assim o entendimento que já se tinha sobre esse assunto. Ainda sobre este aspecto da memória, tomada aqui como um processo individual e também como um processo coletivo, se assemelha pelo fato de estar interligada a esses mesmos processos, sendo que para Catroga (2001, p. 45)

[...] ninguém se recorda exclusivamente de si mesmo, e a exigência de fidelidade, que é inerente à recordação, incita ao testemunho do outro; e, muitas vezes, a anamnese pessoal é recepção de recordações contadas por outros e só a sua inserção em narrações coletivas – comumente reavivadas por liturgias de recordação lhes dá sentido.

Já Lucia Reiszewitz (2004), nesta mesma vertente de pensamento, corrobora ao dizer que “[...] a memória é mesmo essencial para a afirmação da identidade, pois é preciso ter memória para reconhecer quem somos, para não repetir o passado, [...] sem memória a história se repete, não se renova” (REISEWITZ, 2004, p. 102-103). Neste sentido, a memória coletiva torna-se essencial na construção da identidade, pois será com base nela que poderá ser feita uma “seleção” daquilo que possui valor para uma sociedade, a exemplo dos bens que passaram pelo processo de tombamento e que são considerados como patrimônio.

Pode-se dizer que os patrimônios são os principais responsáveis pela construção da memória social de uma comunidade, pois suas inscrições acabam revelando, muitas das vezes, a própria historicidade que fez parte de um determinado momento. Caso haja uma perda significativa dessa história e desses sentidos, não haverá outra maneira de relatar os fatos vivenciados de forma coletiva, por exemplo, caindo então no esquecimento dos atos frente ao seu tempo (ALVES, 2004).

A memória é considerada como uma forma que o indivíduo possui para ter acesso ao passado, pois rememorar-lo se torna essencial para que haja sentido na construção de uma possível identidade social, com valor de pertencimento. Ao relacionar a memória com o patrimônio, pode-se pensar mediante ao que alude Hilda Jaqueline Fraga (2010, p. 26) ao dizer que “[...] é o próprio patrimônio e seus conjuntos de bens culturais que viabilizam, por parte dos alunos, a construção do conhecimento histórico e das noções caras a essa área do conhecimento, tais como tempo, espaço, cultura, relações sociais, memória e história”.

Ainda nessa mesma perspectiva sobre memória e identidade, Poulot (2009, p. 12) discorre sobre a seguinte ideia:

O patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Nesse aspecto é que a história parece, com tamanha frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas, ao contrário, o patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que os acompanham.

A memória aqui tomada, seja individual ou coletiva, acaba se tornando a base para os trabalhos, que tenham por intuito evocar a educação por meio do patrimônio, pelo fato desta mesma memória compor os patrimônios em si. Importante destacar ainda que a lembrança e o esquecimento são inevitáveis neste processo, uma vez que, na maioria das vezes, haverá o interesse entre as memórias que devem ser lembradas e aquelas que precisam ser esquecidas, levando em conta a construção identitária dos indivíduos de uma sociedade.

SIGNIFICADO DO QUE É O PATRIMÔNIO

A palavra patrimônio tem origem do latim (*patrimonium*), fazendo referência à noção que se pode ter de paternidade e pátria, sem descartar a hipótese de que também mantém associação com a ideia de herança, de legado e de posse. Já o Direito Romano o define como sendo um conjunto de bens familiares, que são considerados não segundo a ótica de seu valor pecuniário, mas na condição de bens que podem ser transmitidos, remetendo, de fato, aos bens de herança (POULOT, 2008).

Motta (2014) ao concordar com Poulot (2008) sobre a pertinência do termo ligado a ideia de herança, nos diz que:

Em épocas passadas, o termo patrimônio (*patrimonium*), de origem latina e corrente a partir do século XVI, remetia essencialmente à ideia de propriedade (bens materiais) transmitida hereditariamente a um determinado grupo em linha sucessória, princípio que pauta ainda hoje, no direito civil, as regras sobre heranças. Nos séculos subsequentes houve um progressivo deslizamento dessa noção que, do domínio estritamente privado, inerente ao grupo familiar (*pater familias*), começou também a contemplar a ideia de esfera pública (coletividade) cujo corolário, a partir de então, firmou-se no pressuposto do legado histórico transmitido pelos antepassados (MOTTA, 2014, p. 379).

Sobre a associação feita por meio da “herança cultural” e advinda desses bens, Lahire (2011, p. 19) diz que “[...] a herança material, seja de natureza mais econômica (bens materiais ou volume financeiro), ou mais cultural (bens simbólicos, tais como livros, pinturas, esculturas, etc.) comporta sempre uma dimensão imaterial”, percebendo assim a igualdade de extensões, no que tange aos bens de natureza material e imaterial.

Para Machado (2004, p. 10) o termo patrimônio pode ser compreendido como o:

[...] conjunto de bens produzidos por outras gerações, ou seja, os bens resultantes da experiência coletiva que um grupo deseja manter como perene. Nesse sentido, patrimônio supera a definição estreita de um conjunto estático de objetos, construções, documentos, obras, etc., sendo uma marca, um vestígio cultural, que individualiza os homens em momentos temporal e culturalmente diferentes.

Candau (2011, p. 158-159) afirma que o patrimônio pode ser interpretado como um “aparelho ideológico da memória”, sendo necessário para tanto a conservação dos vestígios e dos testemunhos, considerados como aparatos para haver certa ilusão de continuidade da história. Deste modo, ele é fatídico no que concerne a revelação da identidade de um povo, por exemplo.

Essa identidade terá o respaldo através de abrigos, entendidos como os locais de memória, consoante ao que pensa Prats (2005) quando afirma que o Estado possui relação direta com os espaços patrimoniais, dotados de bens culturais, devido ao fato desses locais apresentarem narrativas. Essas são motivadas em torno dos próprios bens identificados. No entanto, comenta ainda que o “[...] patrimônio cultural é uma invenção e uma construção social”, dependendo, por ora, de instituições sociais que o legitimem (PRATS, 1998, p. 63).

Poulot (2009, p. 40) ressalta que “[...] qualquer tipo de patrimônio [...] tem a vocação de encarnar uma identidade em certo número de obras ou de lugares”. Isso mostra que a memória possui vários aspectos, como apropriação, edificação, simbologia, quando relacionada a um bem. Pensando na vinculação que a memória possui com o espaço da cidade, em busca ainda de uma possível identidade social, Arroyo (2005, p. 34) nos expõe a seguinte ideia:

[...] as linguagens da cidade têm um caráter pedagógico: porque a materialidade e a subjetividade da cidade expressam as relações e os valores sociais, políticos, racistas, de classe, de exclusão ou inclusão, que estão presentes na sociedade. Então, esses símbolos, esse patrimônio, representam a experiência cotidiana do cidadão e, ao mesmo tempo, educam o olhar e a percepção do outro, o que é fundamental para a construção da identidade.

Por meio da transmissão de valores para a sociedade, Motta (2014, p. 379-380) diz que “[...] assim, gradativamente, foi sendo conferido ao conceito de patrimônio o atributo de algo comum à humanidade ou de pertencimento a uma comunidade nacional a partir de um conjunto de bens – relíquias, monumentos, sítios históricos, entre outros”.

O Patrimônio Cultural pode ser entendido como um conjunto de bens, de natureza material ou imaterial e com um valor (histórico, artístico) que remete a identidade social de um

povo, independentemente da época vivenciada. Consegue-se reconhecer os saberes, os fazeres, as expressões, as celebrações e tudo aquilo que pode ser oriundo enquanto “popular”, como sendo parte indivisível deste patrimônio (PELEGRINI, 2009).

Já o Patrimônio Documental se constitui de documentos, que tem por função a ação e o registro das funções e das atividades do homem, levando em conta ainda os seus conhecimentos, as suas provas e também os resultados das atividades científicas, artísticas ou culturais (BELLOTTO, 2014). Por sua vez, estes documentos são considerados as próprias fontes de pesquisa, pois englobam em si as lembranças, os diversos símbolos do passado bem como as representações de um determinado espaço por exemplo.

De modo a contribuir com essa especificidade, Bellotto (2014, p. 133) alude que:

[...] com a aproximação da população de sua identidade cultural e de seu patrimônio histórico, e podem ser corporificadas em inúmeras ações: palestras, visitas, exposições, eventos, comemorações, atividades de teatro e de turismo relacionadas com os documentos de arquivo, [...]. Trata-se do uso popular do arquivo, especificamente, o do arquivo histórico, como detentor que é do patrimônio documental comum da sociedade na qual se insere (BELLOTTO, 2014, p. 133).

Na maioria das vezes, os documentos que compõem esse patrimônio fazem parte da história e da memória das instituições, pois tem a função de aproximar e contribuir com a preservação social e cultural das mesmas. Para Gama (2012) o Patrimônio Documental é o:

[...] resultado de disputas muitas vezes conflituosas internas e externas, na medida em que está inserida num campo histórico de poder-saber, socialmente configurado, cujos espaços vão se constituindo ao sabor de interesses e construções de valores que passam pela ideia de identidades sociais e pertencimento e os mecanismos de memória evocados, que torna significativa, num dado contexto, a preservação dos suportes informacionais (GAMA, 2012, p. 29).

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL EM RIO GRANDE/RS: A CATEDRAL DE SÃO PEDRO

No dia 25 de agosto de 1755 nascia a igreja mais antiga do Rio Grande do Sul, pertencente a cidade do Rio Grande. Tanto a população quanto as autoridades não mediram esforços, para que sua construção pudesse ser concretizada. A então Catedral de São Pedro² passou a representar um lugar de memória, ou seja, um repositório natural de lembranças individuais e coletivas atinentes ao patrimônio histórico (ALVES, 2004).

² Segundo Torres (2008, p. 10), é o “Prédio que permanece em uso desde sua construção. Nesta situação é a edificação mais antiga do Rio Grande do Sul. Em seu interior ocorriam sepultamentos”.

Segundo Torres (2007), ela teve sua construção autorizada pelo então governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, que recebeu por carta o título de Conde de Bobadela, no dia 20 de outubro de 1758. A Catedral possui como dimensões 15 metros de largura por 30 metros de comprimento, comportando em seu espaço interno aproximadamente 300 pessoas.

A Catedral de São Pedro é um bem cultural³ reconhecido e apresenta sua inscrição no Livro Tombo das Belas Artes (Nº inscr.: 071; Vol. 1; F. 013; Data: 17/05/1938), de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Está sob a inscrição “Matriz de São Pedro e Capela de São Francisco, contígua” e o nome de “Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco”. Ela é considerada um Monumento Histórico Nacional, sendo que este mesmo livro diz respeito às coisas atinentes a Arte Erudita Nacional ou Estrangeira.

No ano de 1756, a conhecida “Matriz de São Pedro” dá início a administração dos sacramentos e também das atividades paroquiais. Também serviu de abrigo aos enfermos, no período de invasões e guerras. No século XX foram apresentados diversos projetos com a intenção de reformular o aspecto da matriz, mas somente em 1937 com a Lei do Tombamento sobre aquilo considerado como Patrimônio Histórico e Artístico é que, de fato, ocorre a sua preservação (ALVES, 2004).

A Catedral de São Pedro, ao longo de sua trajetória por esses anos, foi adquirindo caráter simbólico junto à comunidade, sobrevivendo as muitas intempéries pela qual passou. Foi assim que ela se constituiu como patrimônio histórico e foi reconhecida legalmente como tal, através dos órgãos responsáveis pelo seu tombamento. Tal valorização pode ser observada quando Alves (2004) nos diz que:

Diversos projetos chegaram a cogitar a sua demolição, para erguer-se um outro templo, mais coadunado com os novos tempos, principalmente na virada do século XIX e nas primeiras décadas da centúria seguinte. Entre o utilitário/funcional, em contraste com o simbólico/histórico, venceria o segundo, de modo que ao final dos anos trinta se daria o tombamento da Igreja de São Pedro, a qual se transformaria em Catedral algumas décadas depois. O velho templo conquistara seu lugar na história e seu valor junto aos homens. (ALVES, 2004, p. 20)

Sua simbologia vai para além de uma mera representatividade social. Ela teve por função representar a cidade do Rio Grande, sendo que foi reconhecida como Patrimônio

³ De acordo com a Lista dos Bens Culturais inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acesso em: 20 maio 2021.

Histórico e Cultural por toda a região e ainda mais evidente pelo Estado do Rio Grande do Sul. Segundo Alves (2004) isso ficou visível para o Campo da História ao falar que:

Numa época em que o próprio passado deixava de ser valorizado, a Catedral de São Pedro foi cada vez mais imbuída de uma função social muito bem definida, a de representar um importante repositório da memória coletiva dos rio-grandinos. Progressivamente, a figura do templo passaria a constituir verdadeiro símbolo da cidade do Rio Grande, chegando a incorporar em si a representatividade de um lugar. Único prédio remanescente do século em que foi criada a comunidade rio-grandina, a velha Matriz constitui com plenitude a noção de um monumento histórico, ou seja, uma criação arquitetônica que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. (ALVES, 2004, p. 120)

Alves (2004) ao abordar a importância do mais antigo e ainda existente templo, que é considerado como Patrimônio Histórico-Cultural da cidade, comenta que o mesmo fez parte da construção de memórias e narrativas acerca das vivências históricas da sociedade, apresentando vários significados em decorrência dos momentos históricos vividos na cidade. Apesar de todas as adversidades ocorridas na época, a Catedral foi capaz de superá-las e se manter erguida através dos tempos, conforme o que o autor nos relata:

O tempo transcorreria das carências desatinadas à pujança comercial e à abastança industrial e destas, às constantes incertezas de uma crise atrás da outra. E o templo? Este foi “catedral”, Igreja, Matriz, para depois confirmar-se como Catedral propriamente dita. Povoado/vila/cidade – trata-se do Rio Grande. Templo/matriz/catedral – estes compreendem a Igreja do Padroeiro. Cidade e Matriz de São Pedro, um lugar e um prédio, mas muitos significados. (ALVES, 2004, p. 15)

A história do templo reflete a história da cidade. Pelo fato das lembranças estarem muito presentes na comunidade, que por vezes utilizou aquele espaço do templo de alguma forma, seja através da religiosidade, da evocação do poder da fé, da sua própria construção ou até mesmo pelos processos que levaram a sua posterior restauração, sua importância é inquestionável. Para além disso, a cidade esteve envolta nessa ligação cultural, na qual foi proporcionada pelo histórico de lutas diante da Catedral, enquanto bem patrimonial aqui do município. Estas percepções são entendidas através de Alves (2004) ao expor que:

Ponto chave do patrimônio histórico local, regional, nacional e, por que não, internacional, a matriz de São Pedro consiste num formidável depositário de vivências históricas que, de modo indelével, atuou e interagiu num processo histórico de construção de memórias coletivas. As lembranças de rio-grandinos, rio-grandenses, brasileiros e estrangeiros que estiveram no interior ou à sombra da Igreja amalgamam-se num cadinho multifacetado de inter-influências, ou seja, templo e homem interagiram entre si, cada qual mexendo com a história do outro. (ALVES, 2004, p. 15)

É pertinente ressaltar a importância que o Patrimônio Cultural possui enquanto bem simbólico na sociedade, pois ele acaba se tornando uma potente ferramenta de sensibilização, diante dos próprios bens culturais já existentes. Não se pode esquecer que por trás desses monumentos existe a figura humana, que é a principal responsável pelas ações pautadas na preservação e até mesmo frente às escolhas (sejam elas políticas, econômicas ou sociais) que imperam nesse sistema. Para complementar essa continuidade do pensamento, Rodrigues (1996) ao falar sobre o poder que o patrimônio evoca, afirma também que:

O patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder. Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural [...]. (RODRIGUES, 1996, p. 195)

DOCENTES E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Agentes sociais envolvidos no processo educacional, tais como a Escola, o Professor, o Aluno e a Sociedade como um todo são os elementos fundamentais nesse processo. Esse grande grupo acaba sendo o principal responsável por essa extensão da educação, que está muito além de ser somente um compromisso da escola e dos espaços formativos.

Sobre a relação existente entre a Educação por intermédio do Patrimônio e o ensino de História, Soares e Klamt (2008) explicam que:

o objetivo é a valorização da memória e da identidade regional, através de um processo de identificação, reconhecimento e valorização do patrimônio local. Ao mesmo tempo, deve-se observar que a educação para o patrimônio é um instrumento de conscientização para a preservação da História local e regional, na medida em que resgata e valoriza as ações cotidianas como portadoras de importância sócio-cultural (SOARES; KLAMT, 2008, p. 146).

Esse processo, em sua totalidade, mostra a importância da valorização dos saberes e também do próprio patrimônio, diante das práticas educativas permeadas na escola. Aliado à metodologia utilizada por este professor, diante dos conteúdos para que essa educação seja efetiva, de fato, Callai (1988, p. 11) indica que:

ao professor cabe um papel muito importante neste estudo, pois, no dia-a-dia da sala de aula, serão realizadas partes do conjunto do trabalho, serão estudados certos aspectos apenas, e isto não pode passar para o aluno como algo solto, estático. Para

tanto é necessário ter sempre a lógica sequencial do que está sendo tratado.

Com isso, o aprendizado terá maior fundamento acerca desse mesmo conhecimento, que passará então a compor o intelecto do aluno na construção conjunta por meio deste espaço educacional. Ademais, Soares (2009, p. 31) enfatiza que “[...] cabe ao professor, historiador ou educador demonstrar com clareza que não há consenso, unidade ou estática na definição dos bens culturais, da história ou da memória que se vai perpetuar”. Isso mostra que o conhecimento acaba se tornando interdisciplinar, pelo fato de não abranger somente um parâmetro educacional, mas sim um conjunto de vários.

Nesse contexto, a disciplina de História apresenta uma grande relevância ao ensino e também ao currículo, no momento em que corrobora tanto na aprendizagem quanto na formação cidadã dos alunos, permitindo que esses sejam capazes de refletir e de se posicionarem enquanto agentes sociais envolvidos a este processo. Fonseca (2003, p. 89) a define como sendo uma “disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora. A história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva”.

Por meio do espaço escolar, o aluno precisa ser compreendido como figura atuante no processo educacional e não apenas como um mero ouvinte na sala de aula. Segundo Sant’Anna (1995) é necessário que o professor entenda que sua prática reflete diversas possibilidades ao conhecimento, sendo importante perceber ainda que:

É fundamental ver o aluno como um ser social e político, sujeito do seu próprio desenvolvimento. O professor não precisa mudar suas técnicas, seus métodos de trabalho, precisa, isto sim, ver o aluno como alguém capaz de estabelecer uma relação cognitiva e afetiva com o meio circundante, mantendo uma ação interativa capaz de uma transformação libertadora [...]. (SANT’ANNA, 1995, p. 26).

Por outro lado, no caminho inverso a esse, a História acaba se tornando para muitos algo sem valor, sem fundamento. Caberá ao professor, diante desse viés, despertar nos alunos o entusiasmo, o interesse e a paixão por meio da aprendizagem dos conteúdos ligados ao ensino de História, por exemplo. Colaborando ao que foi explanado, Barbosa (2006, p. 63) comenta exatamente isso ao dizer que:

[...] a reação dos alunos à história nas salas de aula, que se apresenta na forma de aversão ou de apatia frente ao que é ensinado, quando afirmam que não sabem para que estudam isso ou que a história não tem função ou sentido, demonstra que até o presente há um considerável emprego da idéia de história como fatos isolados e não

como processo, como matéria decorativa e não interpretativa.

Na maioria das vezes, o educador pode se valer de algumas estratégias, de modo que consiga contornar esse entendimento e fazer com que sua aula seja ainda mais dinâmica. Como uma das diversas ferramentas que estão aliadas ao ensino, ele pode fazer o uso do livro didático para reforçar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Sabe-se que os livros são considerados como materiais didáticos na escola e que possuem caráter mediador, no que tange ao processo responsável pela apropriação do conhecimento. Podem ser usados em distintas situações “como fonte de orientação para explicações desenvolvidas nas aulas, como apoio ao planejamento e sugestões para avaliações, como material de estudo e atualização” (MONTEIRO, 2009, p. 175).

Sobre os livros didáticos que tratam do ensino de História, sabe-se que não apenas o seu conteúdo é levado em conta na sua produção, mas também uma gama de outros fatores, tais como as estratégias de venda ligadas aos possíveis leitores, os aportes teóricos utilizados pelos autores, o faturamento das editoras através das vendas e os próprios assuntos que fazem parte da publicação no todo. É o professor que, na maioria das vezes, acabará se tornando o responsável por fazer a seleção dos livros que irá trabalhar em sala de aula, levando em conta ainda toda a construção do currículo na disciplina escolar.

Caimi *et al.* (1999, p. 78) expressa essa relação ao dizer que:

Todos os livros didáticos corporificam determinado projeto pedagógico. A concepção de história ou de ensino de cada autor é fruto de uma opção teórica que, implícita ou explicitamente, está presente na obra; o autor de livros didáticos, assim como o historiador, é essencialmente um selecionador. Enquanto este seleciona, dentre incontáveis manifestações humanas, aquelas que julga mais importantes para o processo histórico, o primeiro privilegia, entre os já consagrados fatos históricos, aqueles que julga dignos de serem repassados através do ensino fundamental e médio.

Acredita-se que muitos assuntos ainda não estejam sendo contemplados pelos livros didáticos, como por exemplo, o estudo dos patrimônios específicos que compõem as cidades. No ensino sobre a História Local, torna-se necessário consultar outros aportes, de modo a fazer com que os respectivos conteúdos sejam mais dinâmicos e elucidativos aos educandos. Frente a isso, Barbosa (2006, p. 65) comenta que “[...] a história local pode estabelecer a aproximação entre segmentos populares e o ensino de história”.

Sobre a importância de trabalhar com diversos recursos didáticos, Terra (2002, p. 103) alude que:

A introdução de estudos que buscam desvendar as múltiplas relações dialógicas incorporadas às obras humanas amplia a oportunidade dos alunos conhecerem contextos históricos complexos, que se expandem em ressonâncias no tempo e que se materializam em obras e acontecimentos. Possibilitam ainda escaparem de explicações causais e simplistas, indo de encontro à olhares substanciosos, recheados de referências culturais, contextos e histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a Catedral de São Pedro possui uma grande representação na Cidade do Rio Grande/RS, sem deixar de ressaltar sua relevância enquanto Patrimônio Histórico e Cultural do município, através da legislação que a preserva. Igualmente é considerada como um importante instrumento de valoração histórica, aliando-se então ao ensino de História nas escolas, pelo fato de sua própria historicidade fazer parte também da História Local da cidade.

Em meio ao referencial estudado e com base na análise das fontes, constatou-se que a categoria pertencente ao Patrimônio e ao Ensino de História estão presentes na própria História da Cidade, já que pode ser explanada como estratégia de ensino, através das práticas pedagógicas dos educadores em sala de aula. Isso fará com que o aluno possa conhecer ainda mais a História do lugar onde vive, sendo portador desse sentimento de pertença, de respeito e preservação aos Patrimônios Culturais existentes.

Para se efetivar as práticas pedagógicas no ensino de História, é importante investir não somente nos materiais didáticos e nos outros recursos metodológicos, mas também na formação e nas condições de trabalho dos profissionais da educação. Investimentos são importantes para qualquer área, desde que sejam bem planejados e embasados numa proposta educacional sólida, no tocante ao ambiente escolar. Dessa forma, o compromisso e a responsabilidade que cada profissional da educação tem com seus alunos, será alcançado efetivamente, fomentando assim a busca por um ensino de melhor qualidade e com respeito a historicidade dos patrimônios.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. **Uma igreja, uma comunidade:** os 250 anos de história da Catedral de São Pedro. Rio Grande: Ed. da FURG, 2004.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de história. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

ARROYO, Michele Abreu. Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo? In: **Revista Outro Olhar** – Revista de Debates. Ano IV, n.4, BH, Out/2005.

BARBOSA, Vilma de Lourdes. Ensino de História local: redescobrimo sentidos. In: **SAECULUM – Revista de História** [15]; João Pessoa, jul./dez. 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL, Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 20 maio 2021.

CAIMI, Flávia Eloisa *et al.* **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: EDUPF, 1999.

CALLAI, Helena Copetti. **O estudo do município e o ensino de história e geografia**. Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1988.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. SP: Contexto, 2011.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra J. (Org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p. 43-69.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FRAGA, Hilda Jaqueline de. A cidade como documento no ensino de história. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.) **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

GAMA, Marcília. A Importância do Patrimônio Documental para Historiografia: Novos Objetos, Novas Abordagens. In: **Revista Documentação e Memória**. TJPE. Recife PE. v.3.n. 5. Jan/Dez. 2012.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. RJ: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

LAHIRE, Bernard. A transmissão familiar da ordem desigual das coisas. Tradução de Pascoal Carvalho. Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXI, p.13-22, 2011.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial**: orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2004.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História. In: ROCHA, Helenice Aparecida; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **A História na escola**: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MOTTA, Antonio. Patrimônio. In: SANSONE, Livio e FURTADO, Cláudio Alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 379-391

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e Identidade: qual o lugar da história? In: GASPAROTTO, Alessandra. FRAGA, Hilda Jaqueline de. BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Orgs.). **Ensino de história no CONESUL – Patrimônio cultural, territórios e fronteiras**. Porto Alegre: Evangraf / UNIPAMPA Jaguarão, 2013.

POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. RJ: Museu Histórico Nacional, 2008.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. SP: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, nº 21, p. 17-35, 2005.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, n. 27, p. 63-76, 1998.

REISEWITZ, Lucia. **Direito ambiental e patrimônio cultural**: direito a preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24, p. 195-203, Rio de Janeiro, 1996.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?**: Critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1995.

SOARES, André Luis Ramos. Dr. Jeckyl and Mister Hide ou “a educação patrimonial serve a quem?”. In: ZANON, Elisa Roberta; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins; MAGALHÃES, Leandro Henrique (Orgs.). **A construção de políticas patrimoniais**: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país. Londrina: EdUniFil, 2009.

SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. Educação Patrimonial e a Interdisciplinaridade em Sala de Aula: um estudo de caso. In: SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (orgs.). **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

TERRA, Antonia. História e dialogismo. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes et al. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

TORRES, Luiz Henrique. Cronologia básica da História da cidade do Rio Grande (1737-1947). **BIBLOS**. v.22, n. 2, p. 9-18, 2008. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/957/424>. Acesso em: 20 maio 2021.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande: imagens de espaços públicos que contam a história**. Rio Grande: FURG, 2007.